



Estratégia
CONCURSOS

2º SIMULADO ESTILO FGV

TJ-CE

**TÉCNICO JUDICIÁRIO
(ÁREA ADMINISTRATIVA)**



Simulado Especial

Simulado TJ CE – Técnico Área Administrativa

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ CE;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos previstos no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-CE-Técnico-Judiciário-10-08>

01 – (A) (B) (C) (D) (E)
02 – (A) (B) (C) (D) (E)
03 – (A) (B) (C) (D) (E)
04 – (A) (B) (C) (D) (E)
05 – (A) (B) (C) (D) (E)
06 – (A) (B) (C) (D) (E)
07 – (A) (B) (C) (D) (E)
08 – (A) (B) (C) (D) (E)
09 – (A) (B) (C) (D) (E)
10 – (A) (B) (C) (D) (E)
11 – (A) (B) (C) (D) (E)
12 – (A) (B) (C) (D) (E)
13 – (A) (B) (C) (D) (E)
14 – (A) (B) (C) (D) (E)
15 – (A) (B) (C) (D) (E)
16 – (A) (B) (C) (D) (E)
17 – (A) (B) (C) (D) (E)
18 – (A) (B) (C) (D) (E)
19 – (A) (B) (C) (D) (E)
20 – (A) (B) (C) (D) (E)
21 – (A) (B) (C) (D) (E)
22 – (A) (B) (C) (D) (E)
23 – (A) (B) (C) (D) (E)
24 – (A) (B) (C) (D) (E)

25 – (A) (B) (C) (D) (E)
26 – (A) (B) (C) (D) (E)
27 – (A) (B) (C) (D) (E)
28 – (A) (B) (C) (D) (E)
29 – (A) (B) (C) (D) (E)
30 – (A) (B) (C) (D) (E)
31 – (A) (B) (C) (D) (E)
32 – (A) (B) (C) (D) (E)
33 – (A) (B) (C) (D) (E)
34 – (A) (B) (C) (D) (E)
35 – (A) (B) (C) (D) (E)
36 – (A) (B) (C) (D) (E)
37 – (A) (B) (C) (D) (E)
38 – (A) (B) (C) (D) (E)
39 – (A) (B) (C) (D) (E)
40 – (A) (B) (C) (D) (E)
41 – (A) (B) (C) (D) (E)
42 – (A) (B) (C) (D) (E)
43 – (A) (B) (C) (D) (E)
44 – (A) (B) (C) (D) (E)
45 – (A) (B) (C) (D) (E)
46 – (A) (B) (C) (D) (E)
47 – (A) (B) (C) (D) (E)
48 – (A) (B) (C) (D) (E)

49 – (A) (B) (C) (D) (E)
50 – (A) (B) (C) (D) (E)
51 – (A) (B) (C) (D) (E)
52 – (A) (B) (C) (D) (E)
53 – (A) (B) (C) (D) (E)
54 – (A) (B) (C) (D) (E)
55 – (A) (B) (C) (D) (E)
56 – (A) (B) (C) (D) (E)
57 – (A) (B) (C) (D) (E)
58 – (A) (B) (C) (D) (E)
59 – (A) (B) (C) (D) (E)
60 – (A) (B) (C) (D) (E)
61 – (A) (B) (C) (D) (E)
62 – (A) (B) (C) (D) (E)
63 – (A) (B) (C) (D) (E)
64 – (A) (B) (C) (D) (E)
65 – (A) (B) (C) (D) (E)
66 – (A) (B) (C) (D) (E)
67 – (A) (B) (C) (D) (E)
68 – (A) (B) (C) (D) (E)
69 – (A) (B) (C) (D) (E)
70 – (A) (B) (C) (D) (E)

PORTUGUÊS

01. Analise a charge abaixo e indique a alternativa **incorreta**.



- a) O texto é híbrido de linguagem verbal e não verbal.
- b) A grafia das falas foi adaptada para reproduzir uma pronúncia fiel.
- c) Verifica-se ambiguidade proposital.
- d) Utiliza-se recurso sonoro na construção do texto.
- e) As duas ocorrências da palavra "podê" pertencem à mesma classe.

02. Infere-se da mensagem proposta na charge que

- a) existe desigualdade entre negros e brancos
- b) a prisão de menores leva em consideração o poder aquisitivo
- c) os jovens armados é que deverão ser presos
- d) menores armados não devem ser presos
- e) a redução da maioria penal reduz a violência

03. "só os dimenó podê aquisitivo"

O vocábulo "só" foi utilizado com sentido de restrição, embora possa trazer variados usos e classificações. Assinale a alternativa abaixo em que ocorre o mesmo tipo de emprego da palavra "só".

- a) A polícia só persegue aqueles de menor poder aquisitivo.
- b) Só aqueles menores de menor poder aquisitivo serão perseguidos.
- c) O menor está só na luta contra o sistema.
- d) A polícia persegue menores só de menor poder aquisitivo.
- e) Os menores só serão perseguidos pela polícia.

**04. Avião cai em cima de casa na Rússia e deixa quatro pessoas feridas
Acidente ocorreu na Chechênia, nesta terça (16).
Não há registro de mortos.**

Um pequeno avião privado caiu, nesta terça-feira (16), em cima de uma casa na região da Chechênia, na Rússia, e

deixou quatro pessoas feridas, incluindo o piloto, informou a agência de notícias russa Tass. Não há registro de mortos. De acordo com o serviço de emergência russo, não houve incêndio e não se sabe o motivo do acidente.

Sobre a notícia acima, assinale a alternativa em que os termos indicados possuem a mesma função sintática.

- a) nesta terça-feira/registro de mortos
- b) Um pequeno avião privado/o motivo do acidente
- c) incêndio/a agência de notícias Russas Tass
- d) feridas/ De acordo com o serviço de emergência russo
- e) em cima de uma casa na região da Chechênia / o piloto

05. Uma das marcas do discurso jornalístico é a impessoalidade.

Assinale a opção que, ao contrário, mostra traços de pessoalidade.

- a) Tornou-se comum haver assaltos nos semáforos.
- b) Sabe-se que o custo de vida em cidades periféricas tende a ser menor.
- c) A noção de que a polícia é toda corrupta tem sido difundida.
- d) É fato notório que nós, os policiais, ganhamos pouco.
- e) Ouve-se falar de operações policiais diariamente

O que é Genocídio:

Genocídio significa a exterminação sistemática de pessoas tendo como principal motivação as diferenças de nacionalidade, raça, religião e, principalmente, diferenças étnicas. É uma prática que visa eliminar minorias étnicas em determinada região.

A palavra genocídio é derivada do grego "genos" que significa "raça", "tribo" ou "nação" e do termo de raiz latina "-cida" que significa "matar". O termo foi criado por Raphael Lemkin, um judeu polaco, jurista e que foi conselheiro no Departamento de Guerra dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. A tentativa de extermínio total do povo judeu pelos nazistas (Holocausto) foi um motivo forte que levou Lemkin a lutar por leis que punissem a prática de genocídio. A palavra passou a ser usada após 1944.

06. Sobre os sentidos e estruturas do texto acima, assinale a alternativa incorreta.

- a) a palavra "exterminação" poderia ser substituída por "extermínio", pois são equivalentes.
- b) o segmento "de pessoas" é exigência de um termo anterior.
- c) o segmento "um judeu polaco, jurista e que foi conselheiro" foi construído com simetria de estruturas.
- d) o segmento "de pessoas" é complemento de um nome.
- e) a preposição "por" em "pelos" traz sentido de "agente de uma ação".

07. O texto acima traz a definição de “genocídio” e menciona a origem da palavra e o sentido de suas partes componentes. Assinale a alternativa que traz a palavra associada a seu sentido correto.

- a) feminicídio: assassinato de meninas.
- b) parricídio: assassinato de autoridades religiosas.
- c) suicídio: assassinato das próprias ideias.
- d) fratricídio: assassinato de irmãos.
- e) matricídio: assassinato de lactantes.

08. Há conjuntos de palavras que podem ser consideradas sinônimas em alguns contextos; assim ocorre com “despedir”, “exonerar”, “demitir”, “mandar embora”, “dispensar”.

Assinale a opção que apresenta a frase cuja lacuna deve ser preenchida com o verbo “exonerar” em forma verbal adequada.

- a) O governo decidiu _____ alguns empregados públicos, por razões de eficiência.
- b) O novo presidente da empresa _____ vários funcionários.
- c) O Presidente recém-eleito pretende _____ alguns de seus ministros.
- d) O novo diretor da faculdade pode _____ professores reclamando de salários.
- e) A dona de casa _____ a empregada que batia em crianças.

09. Assinale a opção que apresenta a frase em que o vocábulo “maior” deveria ser trocado por outro mais adequado.

- a) Para maiores informações sobre cursos, entre em contato com o atendimento.
- b) Famílias com filhos precisam de apartamentos maiores.
- c) Os maiores prejuízos registrados ocorreram no setor automobilístico.
- d) Nunca foram vistas filas maiores naquela bilheteria.
- e) Caminhonetes maiores levam mais carga.

10. Nas opções a seguir, a primeira oração foi reescrita de modo a dar-se a ela um caráter genérico, com a utilização da partícula **se**.

Assinale a opção em que isso foi feito de forma gramaticalmente incorreta.

- a) Todos viram a gravidade do acidente. / Viu-se a gravidade do acidente.
- b) Os preguiçosos reclamam de tudo. / Reclama-se de tudo.
- c) Muitos defendem a eutanásia em tais casos. / Defende-se a eutanásia em tais casos.
- d) Algumas pessoas não respeitam os regulamentos. / Desrespeitam-se os regulamentos.
- e) Todos cometem os mesmos erros. / Comete-se os mesmos erros.

11. Quando procuramos evitar afirmações de certeza absoluta, empregamos expressões de possibilidade. Assinale a opção que, ao contrário, expressa certeza.

- a) O mundo deve tornar-se um deserto inabitável.
- b) É muito provável que o dólar caia.
- c) Sabe-se que o vitimismo é a pior de nossas falhas.
- d) O Chile, provavelmente, crescerá mais que o Brasil em 2019.
- e) Existe a possibilidade de nosso país tornar-se uma potência econômica.

12. A dança é uma das formas de comunicação mais antigas, existindo antes do homem começar a falar. Ao longo do tempo, essa forma de expressão e comunicação vem adquirindo funções diferentes, de acordo com cada cultura e com cada época.

Para atender aos rigores gramaticais da norma culta, é necessário fazer uma correção. Assinale a alternativa abaixo cuja alteração deixaria o texto rigorosamente correto.

- a) substituir “mais antigas” por “mais antiga”.
- b) substituir “essa forma” por “esta forma”.
- c) substituir “antes do homem” por “antes de o homem”
- d) substituir “cada cultura” por “toda cultura”
- e) substituir “Ao longo do” por “Com o decorrer do tempo”.

13. Observe a seguinte manchete:

“A partir de agora, a prática de homofobia, além de ter sido criminalizada, segundo entendimento jurisprudencial do STF (Supremo Tribunal Federal), pode gerar, também a não inscrição ou exclusão do advogado do quadro da Ordem de Advogados do Brasil.

Sobre os componentes da manchete, assinale a alternativa **correta**.

- a) O sujeito de “pode gerar” está oculto na oração.
- b) O sujeito de “pode gerar” é indeterminado.
- c) O advérbio “também” deveria estar entre vírgulas.
- d) O advérbio “agora” poderia estar entre vírgulas.
- e) O sujeito de “pode gerar” está explícito na oração.

14. Assinale a opção que indica a frase em que não ocorre a relação de causa e consequência.

- a) A despeito dos temporais, as ruas não amanheceram alagadas.
- b) Em virtude da idade avançada, o médico não conseguia mais conduzir cirurgias.
- c) Deixamos de ir à praia em função da neblina.
- d) As crises econômicas geram altos índices de desemprego.
- e) A ignorância resulta, muitas vezes, da preguiça de ler e buscar a verdade.

15. “Cada vez mais o smartphone substitui o computador pessoal doméstico, pois traz suas principais funções e outras vantagens: é pequeno e leve, podendo pois ser transportado para qualquer lugar sem inconvenientes”.

No texto acima, o corretor de texto do computador sublinhou os termos “podendo pois”.

Nesse caso, o erro apontado foi

- a) a ausência da conjunção “mas” antes de “podendo”.
- b) o emprego indevido de uma vírgula antes do gerúndio.
- c) o erro de posição de “pois”, que deveria vir antes de “podendo”.
- d) a falta de vírgulas antes e depois de “pois”.
- e) o erro no emprego do gerúndio “podendo”.

16. A palavra “sucuri” não leva acento em sua sílaba tônica.

Assinale a opção que apresenta outra palavra que não recebe acento pela mesma regra.

- a) Rua
- b) Farejado
- c) Biju
- d) Assembleia
- e) Vinhedo

17. O par em que a troca de posição dessas palavras NÃO deve ser feita por tratar-se de um adjetivo de relação é:

- a) projeção frequente;
- b) configuração incorreta;
- c) isolamento constante;
- d) cultura americana;
- e) conflitos graves.

18. A palavra “agrícola-ambiental” aparece grafada com hífen pela mesma razão do seguinte vocábulo abaixo:

- a) capitão-tenente
- b) quinta-feira;
- c) lítero-musical;
- d) infra-estrutura;
- e) mão-de-obra.

19. Há um erro de grafia ou acentuação, segundo as regras ortográficas vigentes, que é:

- a) microondas;
- b) super-romântico;
- c) agroindustrial;
- d) vítima;
- e) impossível.

20. Assinale a opção em que a frase mostra erro de concordância nas expressões percentuais:

- a) 3% do elenco não viajou para o jogo decisivo;

- b) 1% da população apresentam pós-doutorado;

- c) 1,8% da turma repetiu de ano;

- d) Apenas 5% dos entrevistados não gostaram da pesquisa;

- e) 46% dos estudantes comem no restaurante universitário.

21. Assinale a frase em que o emprego do acento grave indicativo da crase é optativo.

- a) Nova York ficou às escuras.
- b) Tentei escrever um livro à Machado de Assis.
- c) Dei um livro à Sofia.
- d) Cansava-se à proporção que caminhava.
- e) Obedeci às instruções do manual.

22. Assinale a alternativa em que houve uma troca de parônimos, gerando imperfeição na escritura da frase.

- a) O incidente entre dois caminhões deixou quatro pessoas feridas.
- b) Sua Iminência, o cardeal, rezou a missa pela manhã.
- c) A polícia invadiu a mansão, pois o mandado de prisão fora expedido.
- d) O motor do carro estava arriado.
- e) A Justiça deferiu a suspensão das atividades de sete empresas.

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

23. Assinale a opção correta

- a) O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Ceará, compõe-se de 43 desembargadores, nomeados na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual e na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

- b) O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Ceará, compõe-se de 40 desembargadores, nomeados na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual e na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

- c) O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Ceará, compõe-se de 38 desembargadores, nomeados na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual e na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

- d) O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Ceará, compõe-se de 46 desembargadores, nomeados na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual e na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

- e) O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Ceará, compõe-se de 101 desembargadores, nomeados na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual e na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

- 24.** A elevação de entrância intermediária para final pressupõe, entre outros
- a) População mínima de 30 mil habitantes
 - b) População mínima de 50 mil habitantes
 - c) População mínima de 100 mil habitantes
 - d) População mínima de 200 mil habitantes
 - e) População mínima de 250 mil habitantes
- 25.** Acerca da Divisão Judiciária, assinale a opção incorreta
- a) A composição das zonas judiciárias observará, tanto quanto possível, a regionalização para fins de planejamento que decorrer de legislação estadual.
 - b) A zona judiciária poderá ter mais de uma sede, de modo a atender à racionalidade e à eficiência do serviço.
 - c) Os Juízes de Direito dos Juizados Auxiliares da Comarca de Fortaleza, à exceção dos privativos, atuarão mediante designação do Diretor do Fórum.
 - d) A Corregedoria-Geral da Justiça zelará para que o juiz responsável pela comarca vinculada nela compareça, no mínimo, a cada 15 dias, para a realização de audiências e/ou quaisquer outros atos necessários para uma célere prestação jurisdicional.
 - e) A classificação e a reclassificação das Comarcas, por entrâncias, dependerão de Resolução do Tribunal Pleno aprovada por 2/3 de seus membros.
- 26.** Acerca da eleição para os membros da cúpula diretiva, assinale a opção incorreta
- a) A Reeleição ao mesmo cargo é vedada.
 - b) É vedado concorrer a qualquer outro cargo de direção aquele que tiver exercido o de Presidente do Tribunal.
 - c) Os Diretores dos Fóruns não podem concorrer à eleição para Corregedor-Geral da Justiça.
 - d) Os Juízes de Direito de entrância inicial não votam nas eleições para os cargos da cúpula diretiva.
 - e) Não sendo alcançada 2/3 dos votos, será realizado novo escrutínio.
- 27.** Considerando o disposto na organização e divisão judiciária,
- a) O Tribunal de Justiça, por sua composição plenária, com a aprovação por 2/3 (dois terços) de seus membros, mediante resolução, poderá extinguir cargos vagos.
 - b) O Tribunal de Justiça, por sua composição plenária, com a aprovação por maioria absoluta de seus membros, mediante resolução, poderá fixar, alterar, agregar, remanejar, regionalizar e especializar a competência dos órgãos de primeira instância.
 - c) Compete às Turmas Recursais processar e julgar os recursos interpostos contra sentenças dos Juízes das Varas Cíveis.
 - d) É permitido ao Juiz de Paz exercer atividade político-partidária.

- e) A Vara de Delitos de Organizações Criminosas terá titularidade coletiva e será composta por 3 magistrados, sendo um de cada entrância.

28. Considere

- I - o Tribunal de Justiça;
- II - as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e da Fazenda Pública;
- III - os Tribunais do Júri;
- IV - a Auditoria Militar;
- V - os Juízes de Direito;
- VI - os Juízes de Direito Substitutos.

São Órgãos do Poder Judiciário do Estado do Ceará

- a) Apenas I, II e III
- b) Apenas IV, V e VI
- c) Apenas II, IV e VI
- d) Apenas I, III e V
- e) Todas estão corretas

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 29.** Nina é aluna do ensino médio da rede pública de ensino e sofre com uma doença rara que lhe diminuí a capacidade visual. Contudo, Nina soube da existência de um aparelho disponível no mercado que lhe auxiliaria nas aulas, mas o preço do equipamento é elevado para sua família.

Considerando a situação em tela e com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência, este aparelho é uma modalidade de

- a) ajuda técnica, pois é equipamento que objetiva promover a participação de Nina, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.
- b) adaptação razoável, uma vez que é equipamento que objetiva promover a participação de Nina, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.
- c) fator de acessibilidade, haja vista que é recurso que objetiva promover a participação de Nina nas atividades escolares, com vistas à sua inclusão social.
- d) tecnologia assistiva, pois possibilita que Nina utilize, com segurança e autonomia o ambiente escolar.
- e) barreira tecnológica, cuja ausência impede o acesso de Nina à educação básica.

- 30.** A Resolução CNJ 230/2015 preconiza que a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário que é extensível ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal, exceto quando tratar de atendimento prioritário referente à

- a) proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- b) tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.
- c) atendimento em todos os serviços de atendimento ao público.
- d) disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas.
- e) acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

31. A academia XYZ, uma empresa do ramo de crossfit, ao perceber a necessidade de se posicionar de forma mais efetiva no setor, desenvolve uma análise de cenário por meio da ferramenta Matriz SWOT. Esta análise apontou uma falta de profissionais capacitados atuando na empresa no momento. Qual seria o fator apontado?

- a) Oportunidade.
- b) Ameaça.
- c) Força.
- d) Fraqueza.
- e) Dependência.

32. O secretário Zezinho das tapiocas resolveu criar um processo seletivo para um cargo que vagou no último mês. Neste processo, o candidato com melhor avaliação nos critérios estabelecidos de acordo com o perfil do cargo será escolhido, buscando implementar a meritocracia na secretaria. No contexto dos paradigmas da administração pública, essa atitude do secretário pode ser considerada típica do modelo:

- a) patrimonialista.
- b) sistêmico.
- c) social.
- d) consumerista.
- e) burocrática.

33. A empresa estratégia concursos enviou um questionário para seus principais colaboradores, visando construir seu planejamento estratégico de 2020. De acordo com Kunsch, temos quatro tipos de comunicação que compõem uma comunicação integrada. Qual delas está envolvida no caso citado:

- a) institucional.
- b) hierárquica.
- c) administrativa.
- d) mercadológica.
- e) interna.

34. O secretário de saúde da cidade de Jaca Grande deseja analisar os programas governamentais sendo executados atualmente na sua cidade. Para ele, muitas das ações não geram impacto real na vida da população. O secretário está preocupado com qual dimensão da avaliação da política pública?

- a) eficiente.
- b) efetividade.
- c) eficácia.
- d) economicidade.
- e) excelência.

35. A estrutura organizacional é representada pelo organograma, no qual se encontram diversas informações, como a divisão do trabalho, a cadeia de comando e a comunicação organizacional.

O organograma no qual se encontram abaixo da Presidência as unidades de trabalho especializadas, como Direção do Sul, Direção do Norte, Direção do Sudeste, e Direção do Centro-Oeste, caracteriza uma organização departamentalizada por

- a) produto.
- b) cliente.
- c) territorial.
- d) funcional.
- e) projeto.

36. A estrutura matricial é chamada assim porque seu aspecto é parecido com o de uma matriz. Sua criação foi uma tentativa de conciliar em uma estrutura rígida e hierárquica a flexibilidade de uma estrutura temporária.

Neste tipo de estrutura, os profissionais estão associados geralmente a um departamento funcional (Marketing, Finanças, Tecnologia, etc.) e são alocados a alguns projetos, sempre que este projeto necessite de alguém com seu perfil. Esta estrutura tem diversas vantagens, exceto:

- a) Potencializa as vantagens decorrentes da estrutura funcional e da estrutura divisional.
- b) Pode reduzir a multiplicação e a dispersão de recursos e, com isso, melhorar a eficiência.
- c) Permite maior flexibilidade e adaptabilidade da organização ao ambiente mutável.
- d) Facilita a cooperação interdisciplinar entre departamentos.
- e) Perda excessiva de tempo em reuniões para discutir problemas e solucionar conflitos.

37. Rosenal recebeu uma atribuição de seu chefe, mapear os processos-chave de seu departamento. Usando como base os conhecimentos adquiridos no curso de administração, Rosenal decidiu escolher utilizar a ferramenta conhecida por:

- a) Diagrama de Pareto.
- b) Fluxograma.
- c) Diagrama de Ishikawa.
- d) Check-list.
- e) Diagrama de árvore.

38. Em relação aos líderes transformacionais, é correto afirmar que eles:

- a) inspiram seus liderados a transcender os próprios interesses pelo bem da organização ou do grupo.
- b) centralizam a tomada de decisão, transformando o conteúdo do cargo.
- c) têm uma gestão laissez-faire, oposta à gestão autocrática.
- d) procuram e observam os desvios das regras e dos padrões, tomando as atitudes corretivas necessárias.
- e) negociam a troca de recompensas por esforço e reconhecem as conquistas.

39. A _____ é uma adaptação da teoria da hierarquia das necessidades de Maslow. Seu autor procurou adequar os estudos de Maslow para que a teoria pudesse refletir os dados empíricos. A primeira diferença entre as duas teorias é o fato de que ele "condensou" os níveis hierárquicos. Para ele, são apenas três os níveis de necessidades: de existência, de relacionamento e de crescimento.

- a) Teoria das Relações Humanas.
- b) Teoria X e Y.
- c) Teoria da Liderança Carismática.
- d) Teoria ERC de Alderfer.
- e) Teoria da Equidade.

40. A prefeitura de Bola Alta resolveu criar uma secretaria para cuidar do desenvolvimento esportivo do município, com um programa para envolver crianças carentes na prática de esportes olímpicos. Esse tipo de técnica, em que a Administração Pública divide a atividade administrativa em órgãos, é conhecida por

- a) descentralização.
- b) desconcentração.
- c) outorga.
- d) permissão.
- e) autorização.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

41. A respeito do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual, pode-se afirmar que:

- a) A lei orçamentária anual é composta pelos orçamentos tributário, da seguridade social e de investimentos das estatais.

b) A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do projeto da lei orçamentária anual.

c) A elaboração da lei orçamentária anual do Poder Legislativo é de iniciativa do próprio Poder Legislativo.

d) A lei de diretrizes orçamentárias orientará a elaboração da lei orçamentária anual, bem como disporá sobre as alterações na legislação tributária.

e) A lei que instituir o orçamento anual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

42. Marque a alternativa correta em relação aos instrumentos de planejamento e orçamento:

a) Cada estado e cada município também têm seus próprios PPAs, LDOs e LOAs. O Distrito Federal integra os instrumentos da União.

b) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição Federal serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados apenas pela Câmara dos Deputados.

c) A lei orçamentária anual orientará a elaboração da lei de diretrizes orçamentárias.

d) O Poder Executivo da União deve estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento ao elaborar sua lei de diretrizes orçamentárias.

e) A Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Constituição Federal, é o instrumento adequado para a criação de tributos.

43. Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções. Tal afirmativa se refere ao seguinte princípio orçamentário:

- a) Unidade
- b) Universalidade
- c) Não Afetação de Receitas
- d) Especificação
- e) Orçamento Bruto

44. Assinale a alternativa correta em relação ao princípio orçamentário da exclusividade.

- a) O princípio da exclusividade tem o objetivo de ampliar o conteúdo da Lei Orçamentária.
- b) Uma das exceções ao princípio da exclusividade possibilita uma margem de flexibilidade ao Poder Executivo para a realização de alterações orçamentárias.
- c) O princípio da exclusividade surgiu para permitir que o orçamento fosse utilizado para aprovação de matérias sem pertinência com o conteúdo orçamentário, em virtude da celeridade do seu processo.
- d) O princípio da exclusividade permite a inclusão na LOA de autorização para a realização de operações de crédito, exceto por antecipação de receita orçamentária.
- e) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos especiais e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

45. Em relação aos créditos adicionais, é correto afirmar:

- a) os especiais podem estar previstos na lei orçamentária anual.
- b) os extraordinários têm vigência até o final do exercício financeiro subsequente em que foram autorizados, independentemente do mês de abertura.
- c) os suplementares são os destinados a despesas não computadas na LOA.
- d) a vigência restringe-se ao exercício financeiro em que foram autorizados, exceto os créditos especiais e extraordinários, prorrogados até o término do exercício financeiro subsequente se autorizados pelo Poder Legislativo.
- e) os suplementares têm vigência adstrita ao exercício financeiro em que foram autorizados independentemente do mês de sua abertura.

46. Não são considerados recursos para a abertura de créditos adicionais, de acordo com a Lei 4.320/1964:

- a) o superávit patrimonial apurado em balanço financeiro do exercício anterior.
- b) os provenientes de excesso de arrecadação.
- c) os resultantes de anulação parcial de créditos adicionais, autorizados em Lei.
- d) os resultantes de anulação total de dotações orçamentárias.
- e) o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

47. Assinale a alternativa correta em relação aos prazos do ciclo orçamentário:

a) Atualmente, na esfera federal, o prazo para o envio do plano plurianual do Poder Executivo ao Poder Legislativo está na Lei de Responsabilidade Fiscal.

b) O prazo de encaminhamento corresponde à data limite para o Legislativo enviar ao Executivo os projetos dos instrumentos de planejamento. Já o prazo de devolução corresponde à data limite para o Poder Executivo retornar os projetos para a sanção.

c) O projeto do plano plurianual, para vigência até o final do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

d) O projeto de lei diretrizes orçamentárias da União será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

e) O projeto de lei orçamentária anual da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

48. No que tange à classificação por natureza da receita pública, assinale a alternativa incorreta.

a) O recebimento do principal de empréstimos concedidos é receita de capital classificada como amortização de empréstimos.

b) As receitas decorrentes de aluguéis, de dividendos e de arrendamentos são classificadas como receitas correntes de prestação de serviços.

c) As receitas decorrentes de operações de crédito são classificadas como receitas de capital.

d) As receitas industriais e agropecuárias são receitas correntes.

e) Nas classificações orçamentárias, as receitas tributárias incluem impostos, taxas e contribuições de melhorias. Já as demais contribuições são classificadas na origem receitas de contribuições.

49. À luz da classificação por natureza das despesas públicas é correto afirmar:

a) A despesa é classificada em duas categorias econômicas: orçamentárias e extraorçamentárias.

b) As despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, são classificadas como inversões financeiras.

c) O tipo da despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto e outros que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins.

d) A amortização da dívida e seus respectivos juros são classificados como despesas correntes.

e) A modalidade de aplicação indica se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou por outro órgão ou instituição.

50. Um ordenador de despesas celebrou contrato com a empresa ABCD Eireli para a aquisição de 100 computadores. Apenas 50 computadores foram entregues. Entretanto, o ordenador de despesas determinou o pagamento dos 100 computadores, pois a empresa se comprometeu, por documento registrado em cartório, a entregar o restante em vinte dias. O procedimento adotado foi

- a) regular, já que pode ser realizado pagamento antecipado, desde que o bem seja entregue no máximo em trinta dias.
- b) irregular, já que que houve pagamento total sem que tivesse ocorrido a liquidação.
- c) irregular, já que o pagamento antecipado poderia ser realizado se a empresa se comprometesse a entregar o bem no máximo em vinte quatro horas.
- d) regular, desde que o prévio empenho tenha sido na modalidade global, o qual é adequado a despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento.
- e) regular, desde que tenha ocorrido o recebimento parcial e apenas após o restante da entrega ocorra o recebimento definitivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. Lindinalvo, promissor advogado que há nove anos exercia a profissão em renomado escritório de advocacia, foi escolhido pelo órgão de representação de classe para integrar a lista sêxtupla de indicações para compor o Tribunal de Justiça do Estado X, tendo em vista gozar de boa reputação no meio em que atua, além de possuir notáveis conhecimentos na área jurídica. Cumpridos todos os demais procedimentos previstos na Constituição Estadual, que exigia a escolha, pelo Governador, de um dentre os nomes constantes da lista tríplice formada pelo respectivo tribunal, bem como a aprovação, pela maioria simples da Assembleia Legislativa do estado, da escolha feita pelo Poder Executivo, Lindinalvo foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado X.

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal e à luz da jurisprudência do STF, tal nomeação:

- a) É plenamente válida, uma vez que foram respeitados todos os requisitos impostos pela regra do quinto constitucional, descrito no art. 94 na CF/88, bem como as demais normas previstas na Constituição do Estado X.
- b) Seria válida, não fosse o descumprimento da exigência constitucional de aprovação, por maioria absoluta, da escolha de seu nome pela Assembleia Legislativa do Estado.
- c) Seria válida, não fosse o descumprimento da exigência de dez anos de efetivo exercício na função de advogado, bem como de aprovação, por maioria absoluta, da escolha de seu nome pela Assembleia Legislativa do Estado X.

d) É inconstitucional, já que a Constituição Estadual não pode condicionar tal nomeação, pelo Poder Executivo, à aprovação da Assembleia Legislativa do respectivo estado.

e) Seria válida, não fosse o descumprimento da exigência de dez anos de efetivo exercício na função de advogado, já que o estado, uma vez respeitadas as disposições da Constituição Federal, é livre para estabelecer requisitos próprios para a escolha e aprovação dos membros do Poder Judiciário estadual, em nome de sua capacidade de auto-organização.

52. Vlad e Meco, estudantes de Direito, travaram intenso debate acerca das disposições constitucionais sobre o Conselho Nacional de Justiça, durante aula de Direito Constitucional na faculdade. Ao final, chegaram às seguintes conclusões: de que o CNJ, enquanto órgão administrativo do Poder Judiciário, realiza o controle externo desse poder e exerce, inclusive, o controle sobre a atuação financeira e sobre o judiciário estadual; e de que os membros do CNJ são detentores de foro especial e que, portanto, serão julgados pelo STF quando cometerem crimes comuns ou de responsabilidade.

Considerando as disposições constitucionais e jurisprudenciais sobre o tema, as conclusões a que chegaram os estudantes:

- a) Estão totalmente erradas, já que o CNJ é responsável pelo controle interno, e não externo, do Poder Judiciário como um todo, inclusive sobre a justiça estadual. Além disso, nos crimes comuns e de responsabilidade, os membros serão julgados pelo Senado Federal.
- B) Estão parcialmente incorretas, uma vez que o controle externo exercido pelo CNJ não atinge os órgãos do judiciário estadual, em respeito ao pacto federativo. Além disso, nos crimes comuns e de responsabilidade, os membros serão julgados pelo Senado Federal.
- Cc) Estão parcialmente incorretas, uma vez que, embora o CNJ exerça o controle sobre o Poder Judiciário estadual, trata-se de controle interno, e não externo. Além disso, o foro especial é restrito aos crimes de responsabilidade, cujo julgamento compete ao Senado Federal, não se estendendo aos crimes comuns, em que cada membro é julgado de acordo com sua origem.
- d) Estão corretas no que diz respeito ao controle sobre a atuação financeira dos órgãos, que só é possível por meio do controle externo, sem prejuízo da competência do TCU, órgão responsável por esse tipo de controle em relação à Administração Pública.
- e) Estão corretas, tanto no que concerne à forma e ao alcance do controle exercido, quanto no que se refere ao foro especial de que dispõem os membros do CNJ, os quais integram a alta cúpula do Poder Judiciário.

53. Analisando-se o rol de direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, as lições doutrinárias e a construção jurisprudencial em torno do tema, é possível concluir que, no Brasil:

- a) De acordo com a teoria dos “limites dos limites”, existe um núcleo essencial dos direitos fundamentais que deve ser preservado, mesmo diante da possibilidade de imposição de restrições a tais direitos. O dever de proteção a esse núcleo essencial veio explícito na Carta Magna, mais especificamente em seu art. 60 § 4º, no qual são elencadas as cláusulas pétreas.
- b) O direito à informação e ao pluralismo são considerados, por parte da doutrina, como de quarta geração. Estes, a despeito da expressão “geração de direitos”, se acumulam com os das gerações anteriores, razão pela qual a expressão “dimensões de direitos” se mostra mais adequada.
- c) A eficácia vertical dos direitos fundamentais é a mais aceita no Brasil, já que pressupõe uma relação de superioridade tanto entre Estado e particulares, quanto entre particulares em situação de assimetria de forças, a exemplo das relações de trabalho.
- d) Os direitos fundamentais catalogados são aqueles dispostos ao longo do texto constitucional, ao passo que os não-catalogados se encontram dispersos em outras normas do ordenamento jurídico.
- e) Os princípios constitucionais expressos da inafastabilidade e do duplo grau de jurisdição compõem o sistema inglês adotado no nosso país, tendo por fim o de garantir o pleno acesso ao judiciário e o de conferir maior segurança jurídica às decisões judiciais

54. Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) Em nome da soberania dos veredictos e da irrecorribilidade das decisões do tribunal do júri, é incabível apelação contra suas decisões, o que não lhes confere, em hipótese alguma, caráter absoluto e ilimitado, uma vez que tais julgamentos estão sujeitos aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- b) Tanto o terrorismo quanto a ação de grupos armados são crimes imprescritíveis.
- c) O princípio da individualização da pena estabelece que ninguém sofrerá os efeitos penais da condenação de outra pessoa.
- d) A Constituição garante, expressamente, não só o contato das presidiárias com o filho, como também o acesso da criança ao leite materno.
- e) O brasileiro nato que vier a perder sua nacionalidade jamais será extraditado.

55. Tército, empregado de empresa pública criada e mantida pelo Estado Y, após tomar conhecimento da composição remuneratória de cargos semelhantes em outras estatais, claramente mais vantajosa do que a sua por não se sujeitar ao teto constitucional que estabelece

como limite o subsídio dos ministros do STF, decidiu solicitar explicações perante o setor de Recursos Humanos da empresa para a qual trabalha, alegando que a diferença entre o seu salário, financiado pelo governo do seu estado, e os dos demais empregados públicos era injusta, frente à similaridade de funções desempenhadas.

Em resposta, o setor de RH deve esclarecer que:

- a) Todas as entidades da Administração Pública, sejam elas de direito público ou privado, estão sujeitas aos limites remuneratórios constitucionalmente estabelecidos. Dessa forma, as referidas empresas estatais que serviram de comparação, ao exceder o teto geral, certamente encontram-se em situação de flagrante inconstitucionalidade.
- b) O limite imposto à remuneração dos empregados públicos da empresa para a qual Tército trabalha se justifica em face da ausência de parcelas indenizatórias na composição de sua remuneração, que é a única exceção admitida à regra de obediência ao teto constitucional.
- c) O limite imposto à remuneração dos empregados da empresa para a qual Tército trabalha se justifica em face da composição do capital das empresas públicas em geral, que é exclusivamente público e, por esse motivo, sujeita tais empresas às mesmas regras e padrões remuneratórios da administração direta.
- d) O limite imposto à remuneração dos empregados da empresa para a qual Tército trabalha se justifica em face da inexistência de disposição específica na Constituição do Estado Y, autorizando que o referido limite seja excedido.
- e) O limite imposto à remuneração dos empregados públicos da empresa para a qual Tército trabalha se justifica em face da manutenção das despesas com pessoal da entidade que, no caso, é feita com recursos próprios do estado que a criou.

56. Acerca das disposições constitucionais sobre o regime previdenciário dos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

- a) Os únicos servidores sujeitos ao Regime Próprio de Previdência Social são aqueles ocupantes de cargo público, ou seja, de provimento efetivo ou em comissão.
- b) Os servidores temporários, os empregados públicos e os ocupantes de cargo em comissão estão sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social.
- c) Após a EC nº 41/2003, as exceções à inexistência de aposentadoria com proventos integrais deixaram de existir.
- d) Após a EC nº 88/2015, a norma constitucional que trata da aposentadoria compulsória passou a depender de norma regulamentadora para a produção de todos os seus efeitos. Assim, para que os diferentes entes federados estabeleçam o limite de idade de 75 anos para a aposentadoria de servidores abrangidos pelo Regime Próprio, será necessária a edição de Lei Complementar.

e) A aposentadoria compulsória não se aplica aos ocupantes de cargo em comissão, de forma geral.

57. Incluem-se entre os bens dos estados:

- a) As cavidades e águas subterrâneas.
- b) Os terrenos de marinha, excluídos aqueles sob domínio da União.
- c) As terras devolutas, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros.
- d) As terras devolutas, excluídas aquelas sob domínio da União.
- e) Os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos.

58. Alípio, cidadão muito atuante nas causas dos Direitos Humanos e na defesa dos mais necessitados, iniciou uma mobilização em prol da prestação de melhores serviços voltados para a população carente. Um de seus principais objetivos, que ele pretende apresentar ao governador do estado para que este proponha o respectivo projeto de lei, refere-se à reformulação do papel da Defensoria Pública Estadual, no sentido de ampliar o alcance da assistência prestada aos hipossuficientes.

O governador, considerando as ideias sugeridas por Alípio e analisando-as em conjunto com as demais necessidades e limitações impostas pela atual conjuntura, estaria autorizado a implementar as seguintes medidas, sem incorrer em ofensa às determinações da Constituição Federal :

- a) O aperfeiçoamento no atendimento aos interesses da população carente, tanto judicial quanto extrajudicialmente, bem como o corte, por parte do governador, de despesas presentes na proposta orçamentária da defensoria, não previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) O aperfeiçoamento no atendimento aos interesses da população carente no âmbito judicial, já que as Defensorias Públicas, como Funções Essenciais à Justiça, não se prestam à atuação no campo extrajudicial. Já o corte de despesas orçamentárias pelo governador jamais poderia ser efetuado, uma vez que a EC 74/2013 estendeu a autonomia administrativa e orçamentária também às defensorias estaduais.
- c) A ampliação do papel das Defensorias Públicas, as quais passariam a estabelecer normas jurídicas voltadas especificamente para a promoção dos direitos humanos, atribuição que lhe foi expressamente conferida pela CF/88.
- d) A ampliação do papel das Defensorias Públicas, as quais passariam a estabelecer políticas de proteção aos direitos individuais e coletivos, atribuição que lhe foi expressamente conferida pela CF/88.
- e) A edição de Lei Complementar autorizando o provimento dos cargos de defensor por meio de processo seletivo simplificado, a fim de facilitar a prestação da assistência jurídica integral e gratuita aos

necessitados onde ela se mostra mais deficiente, concretizando, assim, importante princípio esculpido na Carta Magna.

59. Judith, de 22 anos, nasceu em Portugal e há 18 meses se mudou para o Brasil, país pelo qual se apaixonou e no qual passou a se envolver em causas humanitárias e a ganhar notoriedade e boa reputação. Após ter se estabelecido definitivamente no município de Passo Alegre, localizado no estado Beta, e adquirir a nacionalidade brasileira, o nome de Judith passou a ser recomendado no meio político como candidata em potencial a cargos eletivos, momento em que também começou a receber inúmeros convites para se filiar a diversos partidos.

Analisando a situação hipotética sob a ótica dos direitos políticos e de nacionalidade expressos na CF/88, pode-se afirmar que Judith:

- a) Nas próximas eleições para governador, poderá se candidatar ao cargo em qualquer estado da federação, desde que proceda à filiação partidária em tempo hábil.
- b) Somente poderá se candidatar ao cargo de Presidente da República quando completar 35 anos de idade.
- c) Nas próximas eleições municipais poderá se candidatar, exclusivamente, ao cargo de vereador, desde que proceda à filiação partidária em tempo hábil.
- d) Nas próximas eleições não poderá se candidatar, em hipótese alguma, ao cargo de governador.
- e) Nas próximas eleições municipais, caso proceda à filiação partidária em tempo hábil, poderá se candidatar ao cargo de prefeita de municípios localizados no território do estado Beta, somente.

60. Com a promessa de enxugar a máquina pública e racionalizar seu funcionamento, o Presidente da República, recém-eleito, decide adotar algumas medidas, sem a pretensão de gerar despesas, visando atingir seu objetivo o mais rápido possível. Por meio de sua assessoria, foi informado de que a forma mais célere de implantar certas mudanças na administração seria através de ato unilateral que independe da participação do Congresso Nacional.

Assinale a alternativa em que todas as medidas apresentadas poderão ser implementadas, dentro das condições apresentadas na hipótese descrita, de acordo com o que dispõe a CF/88:

- a) Extinção de um ministério; exoneração de Ministro de Estado.
- b) Extinção de 35 cargos vagos; organização de um setor da administração pública federal.
- c) Extinção de 35 cargos vagos; decretação da intervenção federal.
- d) Organização da Administração Federal; extinção de órgão público sem aumento de despesa.
- e) Exoneração de Ministro de Estado; modificação do efetivo das Forças Armadas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

61. João é secretário estadual e editou atos administrativos de remoção de três servidores: Lúcia, Ana e Carlos. Os três impugnaram os atos de remoção, alegando distintos argumentos. Lúcia informou que o ato de sua remoção, ainda que lícito, não atendia ao interesse público, pois ela estava envolvida em importante projeto em sua atual área de lotação. Ana alegou que a remoção não atendeu aos requisitos legais aplicáveis ao seu caso. Por fim, Carlos demonstrou que o seu ato de remoção possuía vício sanável.

Nessa situação, partindo do pressuposto de que os argumentos apresentados na impugnação são verdadeiros, João poderá:

- a) desfazer os três atos, mediante anulação, uma vez que, como superior, pode exercer controle de legalidade dos atos administrativos.
- b) desfazer a remoção de Lúcia e de Carlos, mas não poderá se imiscuir no mérito do ato de remoção de Ana.
- c) anular a remoção de Lúcia, mas não poderá desfazer o ato de remoção de Ana nem suprir o vício da remoção de Carlos.
- d) anular a remoção de Lúcia, revogar a remoção de Ana e, se for possível, convalidar a remoção de Carlos, suprindo o vício.
- e) revogar a remoção de Ana, mas não poderá desfazer ou convalidar as remoções de Lúcia e Carlos.

62. O Estado do Ceará editou uma norma autorizando que parentes de até segundo grau das autoridades nomeantes estão autorizados a exercer cargo em comissão no âmbito dos três poderes, mesmo que subordinados imediatamente ao respectivo parente. Essa norma violou uma série de princípios da Administração e, notadamente, os seguintes:

- a) autotutela e impessoalidade.
- b) impessoalidade e moralidade.
- c) moralidade e publicidade.
- d) eficiência e publicidade.
- e) continuidade e impessoalidade.

63. Caso o Governador do Estado decida criar uma empresa pública e solicite orientações de sua assessoria jurídica, o corpo jurídico deverá informar que essa empresa deverá observar os seguintes requisitos, quanto à forma de criação, à personalidade jurídica e à composição de seu capital:

- a) a empresa deverá ser criada diretamente por lei, de competência do chefe do Executivo, e terá personalidade de direito público ou privado, a critério do administrador e o seu capital será total ou parcialmente público;
- b) a empresa deverá ser criada após autorização legislativa, com personalidade de direito público, tendo em vista que seu capital é 100% público;

c) a empresa deverá ser criada após autorização legislativa, devendo ser providenciado o registro de seus atos constitutivos no cartório competente, com personalidade jurídica de direito privado e capital social integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios ou por entidade da administração indireta;

d) a empresa deverá ser criada após autorização legislativa, devendo ser providenciado o registro de seus atos constitutivos no cartório competente, com personalidade jurídica de direito privado, necessariamente sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

e) a empresa deverá ser criada diretamente por lei, de competência do chefe do Executivo, e terá personalidade de direito privado, e capital social integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

64. Joaquim, chefe de setor de determinado órgão público, verificou que um agente subordinado cometeu uma falta ao realizar os seus serviços cotidianos, praticando conduta vedada pelo respectivo Estatuto de Servidores. Em virtude disso, abriu o competente processo administrativo disciplinar, e aplicou ao servidor as sanções cabíveis.

Na situação apresentada, conduta de Joaquim decorreu da competência outorgada pelo poder

- a) de polícia, que autoriza a administração a aplicar sanções aos servidores no âmbito da execução de seus serviços;
- b) de autotutela, que autoriza Joaquim a rever a atuação administrativa e decidir quanto a aplicação ou não das sanções aos servidores;
- c) regulamentar, que permite que Joaquim analise e regulamente as funções de seus servidores subordinados;
- d) disciplinar, que é o poder-dever de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração;
- e) discricionário, na medida em que cabe a Joaquim decidir se é o caso de punir ou não o servidor pela falta cometida, a depender da gravidade da conduta.

65. O Tribunal de Justiça do Ceará realizou a contratação da locação de equipamentos de informática destinados ao escaneamento de documentos e impressão de formulários. Além da locação, o contrato incluiu a manutenção dos equipamentos e a substituição imediata de máquinas com mau funcionamento. Faltando alguns meses para o vencimento do contrato, a autoridade competente questionou o fiscal do contrato sobre a possibilidade de prorrogação. Nesse caso, o responsável pela fiscalização do contrato poderá responder que:

- a) não será possível prorrogar o contrato, sob pena de violar o princípio da competitividade;
- b) será cabível a prorrogação, por sucessivos períodos, desde que comprovada a vantajosidade, até o período de 60 (sessenta) meses;
- c) a prorrogação será cabível pelo mesmo prazo de vigência inicial do contrato, mediante autorização do fiscal do contrato;
- d) a prorrogação é direito subjetivo do contratado, devendo a vigência estender-se até o prazo máximo previsto na legislação;
- e) a prorrogação será possível, desde que justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, limitada, nesse caso, ao prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

66. Ao término do exercício financeiro o Governador do Ceará apresentou as suas contas anuais à Assembleia Legislativa. Na sequência, o processo foi enviado ao Tribunal de Contas do Estado para:

- a) emissão de parecer prévio, não vinculante, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do seu recebimento;
- b) julgamento das contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento;
- c) instrução processual e certificação dos balanços, para posterior remessa à Assembleia Legislativa, que emitirá parecer a ser submetido ao Poder Judiciário para fins de julgamento;
- d) ser juntado aos processos dos demais administradores, sendo que o Tribunal emitirá parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Governador e pelos presidentes da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça do Estado, no prazo de 60 (sessenta) dias.
- e) fins de conhecimento, uma vez que o Tribunal de Contas não possui competência para apreciar as contas do Governador.

67. João, aluno de uma escola pública, sofreu uma série de danos físicos e psicológicos em decorrência de um tiroteio que aconteceu no interior da sua escola. Nessa situação, a sua representante legal ingressou com ação de responsabilidade civil contra o Estado, pleiteando a reparação dos referidos danos. Nesse caso, a responsabilidade estatal será analisada com base na teoria da

- a) responsabilidade subjetiva, devendo o lesado comprovar a atuação dolosa ou culposa estatal para que surja o seu dever de indenizar os danos sofridos;
- b) responsabilidade objetiva, com base na teoria do risco administrativo, mesmo que o dano não decorra de uma atuação de qualquer agente, presumindo-se a omissão do Estado;
- c) responsabilidade objetiva, com base na teoria do risco integral, admitindo, contudo, a verificação da ocorrência das causas excludentes da responsabilidade civil da Administração;

- d) responsabilidade objetiva, devendo restar comprovada a conduta dolosa ou culposa dos agentes responsáveis pela segurança, para que possa ficar configurada ou não a participação estatal no resultado da ação;
- e) irresponsabilidade, já que, nesse caso, os danos decorreram de um evento imprevisível, imputável exclusivamente a um terceiro, não havendo nada que o Estado pudesse fazer para evitar o resultado.

68. Joana foi demitida há dois anos e ingressou com processo judicial para questionar a penalidade, já que, na época, foi demitida sumariamente, sem a possibilidade de exercer seu direito ao contraditório e à ampla defesa. Julgado o processo, a sentença invalidou a decisão administrativa, pois realmente as garantias constitucionais foram violadas. Com base nessa situação hipotética, caberá à Administração:

- a) reverter a demissão de Joana e ressarcir-la de todas as vantagens devidas no período em que ficou afastada indevidamente;
- b) reintegrar Joana, ressarcindo as vantagens devidas no período, mas desde que exista cargo vago;
- c) remover Joana para cargo de atribuições assemelhadas ao anteriormente ocupado, com o ressarcimento de todas as vantagens;
- d) reintegrar Joana, ressarcindo as vantagens devidas no período, mesmo que seu cargo tenha sido extinto, situação em que a servidora ficará em disponibilidade, até o seu aproveitamento;
- e) reintegrar Joana, sendo indevido o ressarcimento de eventuais vantagens concedidas no período de afastamento, sob pena de enriquecimento ilícito da servidora.

69. A Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/99) estabelece direitos e deveres dos administrados perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados. Nessa linha, de acordo com a Lei, constituem direitos dos administrados:

- I – fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei;
- II – prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos
- III – formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;
- IV – proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.

Estão corretas somente as afirmativas:

- a) I e II;
- b) II e III;
- c) III e IV;
- d) I e III;
- e) I, II, III e IV.

70. Objetivando descentralizar a prestação de serviço público de transporte estadual, o Estado, após regular procedimento licitatório, firmou contrato com empresa privada, que passou a ser a concessionária do referido serviço.

Ocorre que após curto período prestando o serviço de forma satisfatória, a empresa começou a passar por dificuldades financeiras, perdendo as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido.

Diante dessa situação, o Estado, como poder concedente, poderá:

- a) declarar a caducidade da concessão, em virtude da inexecução total ou parcial do contrato, desde que observadas as formalidades legais;
- b) encampar a concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa e independentemente do pagamento de indenização;
- c) reverter a concessão, com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido;
- d) rescindir imediatamente o contrato, desde que aberto o competente processo administrativo e dependendo de pedido da própria concessionária;
- e) declarar a caducidade da concessão, desde que o pedido seja feito judicialmente, ficando o poder concedente impossibilitado de aplicar qualquer sanção à concessionária.

QUESTÃO DISCURSIVA**A era digital favoreceu governos com discursos autoritários?**

Ainda bem que você falou em governos porque cada um carrega uma especificidade. Vivemos hoje a onda de discursos autoritários das “democraduras” (como definiu José Murilo de Carvalho), que têm algumas características comuns: o ataque à imprensa e à intelectualidade, uma histeria em relação às novas agendas de gênero e sexualidade, e o uso das redes sociais. Mas, veja bem, não é o caso de se demonizar essas redes, que têm uma veia democrática muito importante ao amplificarem as vozes. E grupos minoritários têm na internet um local de expressão muito importante para expor suas demandas por direitos civis.

Fonte: <https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/historiadora-lilia-schwarcz-lanca-livro-sobre-o-autoritarismo-brasileiro/>

As redes sociais favorecem a intolerância e o discurso autoritário?

Apresente sua posição, defendendo-a com argumentos convincentes, em um texto, com número mínimo de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

Obs.: disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-CE-Técnico-Judiciário-10-08>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE